



As fontes da negociação de paz na Colômbia, segundo *O Estado de S. Paulo*

Simone Philipsen¹
Angela Zamin²

Resumo: O conflito interno colombiano é o mais longo do continente americano, com mais de meio século de duração. O presente trabalho é resultado de investigação acerca das fontes acionadas por *O Estado de São Paulo* durante as negociações de paz na Colômbia. O ponto de partida para a pesquisa foi um mapeamento de todos os textos informativos publicados na editoria de Internacional do jornal de referência brasileiro durante o período 2012-2017, 377 no total. Por meio de um Protocolo de Análise de Fontes, elaborado com base na proposição de Fonseca Junior (2009), e com base no estudo de fontes de Santos (1997), chegamos a 833 fontes divididas em cinco categorias. Por fim, identificamos a preferência por fontes governamentais sobre não governamentais, por especialistas sobre testemunhas, por fontes do gênero masculino – já características do jornalismo – e por meios-fonte sobre agências.

Palavras-chave: Jornalismo internacional; Fontes; Colômbia; *O Estado de S. Paulo*; Análise de Conteúdo.

1. Introdução

O presente artigo é resultado de investigação acerca das fontes acionadas por *O Estado de São Paulo* durante as negociações de paz na Colômbia no período 2012–2017. Este conflito é o mais longo do continente americano, com mais de meio século de duração: 52 anos em 2016 quando as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) chegaram a um acordo de paz com o governo colombiano. O conflito interno,

¹ Bolsista PIBIC/CNPq. Acadêmica de Jornalismo da UFSM Campus Frederico Westphalen. E-mail: mone.phi@hotmail.com

² Orientadora do trabalho. Jornalista, professora do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM Campus Frederico Westphalen. Doutora em Ciências da Comunicação. E-mail: angelazamin@gmail.com

contudo, envolve outros grupos guerrilheiros, como o Exército de Libertação Nacional (ELN), além de outros atores, como narcotraficantes e grupos paramilitares.

O ponto de partida para a pesquisa foi um mapeamento de todos os textos informativos publicados na editoria de Internacional do jornal de referência brasileiro,³ em sua versão impressa, durante o período da negociação de paz. Localizamos 377 textos entre notas, notícias, reportagens, reportagens especiais, entrevistas e perfis, em 326 edições do jornal.⁴ Em 37 destes textos não havia nenhuma fonte. Por fim, por meio de um Protocolo de Análise de Fontes, chegamos a 833 fontes.

Para distribuímos as fontes em categorias e grupos, nos baseamos em Santos (1997) que recupera vários estudos sobre fontes jornalísticas, entre eles o proposto por Ericson et al que dividem as fontes em: Jornalistas, Porta-vozes de instituições e organizações governamentais, Porta-vozes de instituições e organizações não-governamentais, Cidadãos individuais, Documentais e Não específicas. Estas categorias serviram de base para construirmos um Protocolo de Pesquisa de Análise de Fontes, com base na proposição de Fonseca Junior (2009). No formulário de codificação consideramos as seguintes categorias e grupos:

- a) Jornalísticas: Jornalista, Agência e Meios-fonte.
- b) Institucionais e organizacionais governamentais: poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Polícia, Organizações intergovernamentais e outras.
- c) Institucionais e organizacionais não governamentais: Grupo armado, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais Não Governamentais (OINGs), Empresarial, Associação, Sindical e outras.
- d) Individuais: Especializada, Testemunhal, Ocasional e Personalidade Política.
- e) Documentais: Governamental e Não Governamental.

As 833 fontes identificadas estão assim distribuídas: 82 fontes jornalísticas (10% do total); 353 fontes institucionais e organizacionais governamentais (42%); 112 institucionais e organizacionais não governamentais (13%); 172 individuais (21%) e 114 documentais (14%).

³ Sobre jornalismo de referência ver Zamin (2014).

⁴ Ao todo, 121 notas, 141 notícias, 72 reportagens, 21 reportagens especiais, 18 entrevistas e quatro perfis foram analisados, todos extraídos da versão impressa do jornal no período 2012-2017.

2. Sobre as fontes jornalísticas

“El concepto de fuente es relacional: se refiere a ciertos comportamientos que un actor social puede desempeñar con relación a otro en un proceso de comunicación. Cualquier actor puede actuar como fuente de información” (BORRAT, 1989, p. 55). A afirmação do jornalista uruguaio Héctor Borrát Matos vai ao encontro da reflexão do pesquisador português Rogério Santos (1997, p. 23), para quem, “a escolha entre relatos determina a natureza da ocorrência ou o acontecimento, e ao mesmo tempo, o grau de reordenamento dos acontecimentos passados, prioridades de mudanças e tomadas de decisões”. Os jornalistas escolhem diferentes fontes ao produzirem seus relatos, convertendo inclusive atores individuais, sem ligação com governos ou entidades, em fontes.

A respeito da definição de fonte Schmitz (2011) diz que há uma diferença entre “fonte de informação” e “fonte de notícia”. Quanto à primeira, afirma que “qualquer informação está disponível a alguém”, enquanto a segunda, a fonte de notícia, “necessita de um meio de transmissão” (2011, p. 8-9). Herbert Gans (1980 apud SCHMITZ, 2011, p. 9) define as fontes de notícias como as pessoas que os jornalistas acionam e que fornecem informações enquanto representantes de grupos, entidades ou setores da sociedade. Santos (1997, p. 32), por sua vez, afirma que “as fontes são fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação”. As fontes não são iguais nem igualmente relevantes, mas “cria-se uma relação de obrigações recíprocas entre fontes e jornalista” (1997, p. 32).

Solosky (2016, p. 140) complexifica a relação entre jornalistas e fontes ao afirmar que estas é que “são responsáveis pela exatidão dos fatos”, não os jornalistas. Deste modo, as fontes são essenciais para a apuração jornalística. Os jornalistas precisam estar informados para tratar da atualidade a partir e por meio de seus relatos. Contudo, conforme alerta Sigal (apud SANTOS, 1997), o jornalista raramente está em posição de testemunhar algum fato e, por isso, tende a fazer com que outros descrevam as ocorrências. Mesmo que esteja cobrindo diretamente algum acontecimento, ouve fontes e traz as versões delas sobre os fatos. Ou seja, o jornalista busca sempre alguém para falar por ele, pois sua fala não é legítima. A fonte é sempre o ponto de origem.

Para Karam (2009 apud OLIVEIRA, 2012), os traços específicos do jornalismo, como verdade, liberdade, objetividade, credibilidade, legitimidade, independência entre outros, são legítimos da profissão e não se apagam: são selos que qualificam o jornalista e devem ser mantidos como norteadores da conduta dos profissionais da área. Por essas razões que o jornalista busca em seu discurso a fala das fontes. Borrat (1989, p. 54 [acréscimo nosso]) amplia tal compreensão ao afirmar que “cuanto mayor sea la cantidad, la calidad y la diversidad de las informaciones que comunica y de las fuentes que cita, tanto mayor será su credibilidad y, por tanto, su influencia [do meio]”.

De acordo com Santos (1997, p. 27), quanto maior o número de fontes consultadas, maior a compreensão do acontecimento, pois, “a projeção social dos ‘quem’ alarga-se”. Borrat corrobora este entendimento ao afirmar que “el periódico necesita disponer de varias fuentes contrastables para que su propia versión no sea mera transcripción o reproducción de la que le ha proporcionado una sola fuente, ni refleje tan sólo la versión de una de las partes del conflicto” (1989. p. 57).

3. Sobre as fontes acionadas por *O Estado de S. Paulo*

Segundo os dados levantados na pesquisa acerca das fontes trazidas por *O Estado de S. Paulo* durante a cobertura das negociações de paz na Colômbia, o jornal acionou, em média, 2,5 fontes por texto informativo publicado. A seguir, destacamos os dados obtidos a partir da aplicação do protocolo de análise de fontes aos 377 textos informativos coletados no período 2012-2017. Como dito anteriormente, as fontes foram distribuídas nas categorias fontes jornalísticas, institucionais e organizacionais governamentais, institucionais e organizacionais não governamentais, individuais e documentais, e em grupos, conforme segue:

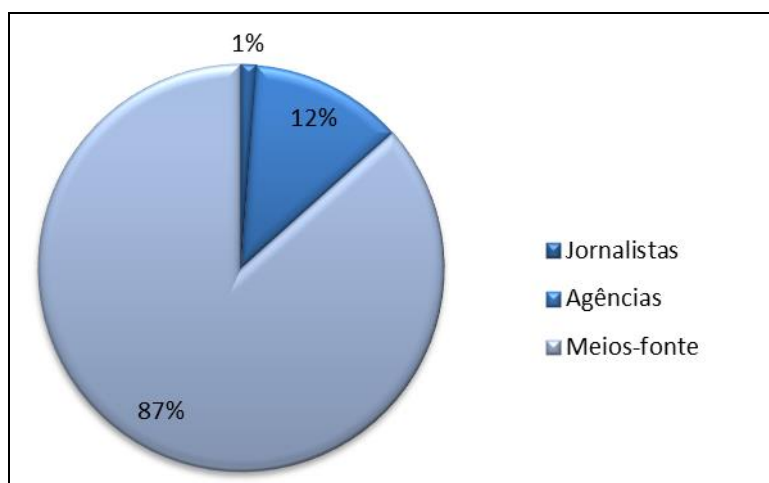
a) Fontes jornalísticas:

Essa categoria aponta para o jornalismo como fonte do jornalismo. Jornalistas acionam o trabalho de outros jornalistas e de outros meios de comunicação para usarem como fonte. No jornalismo internacional é recorrente a prática de empregar como fonte uma agência de notícia ou um meio-fonte do país de que se fala, por disporem de mais

informações. Os meios-fonte são aqueles usados como referência por outros meios de comunicação, haja vista que uma parte considerável da informação jornalística procede dos seus pares. É o jornalismo citando a si mesmo. “Os meios orientam suas atuações, públicas ou não, um a partir do outro. Para além dessa orientação, Borrat (1989) identifica a ocorrência de uma apropriação do conteúdo de um meio por outro, sinalizada no interior do texto jornalístico. Nesses casos, designa de meios-fonte as mídias indicadas por outras como origem de uma informação” (ZAMIN, 2011, p. 253).

As agências de notícia marcam presença no jornalismo internacional de forma significativa. De acordo com Espinosa de Los Monteros (1998), as agências, desde seus primórdios, no século XIX, mantêm uma atividade econômica de venda de informações. A compra de textos informativos das agências facilita na cobertura do jornalismo internacional por substituir o trabalho de um correspondente ou enviado.

Gráfico 1: Fontes Jornalísticas em *O Estado de S. Paulo* (2012-2017), por grupo



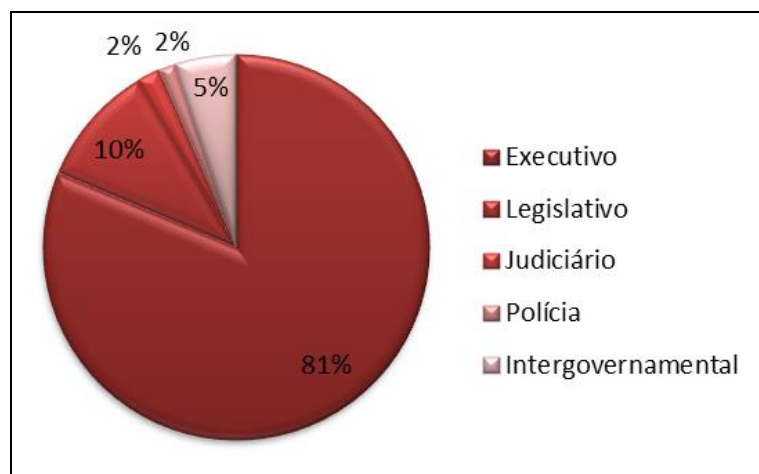
No estudo realizado identificamos 82 fontes jornalísticas, sendo 71 menções a meios-fonte, dez a agências e uma a jornalista. Entre os meios-fonte, 61 (ou 71%) são colombianos e dez de outros países. Destes, três são latino-americanos, *Telesur*, *Búsqueda* e *Veja*, e cinco estadunidenses ou europeus, *Washington Post*, *Univisión*, *The Guardian*, *The Economist* e *El Mundo*. Entre os meios-fonte colombianos, em 14 ocasiões a identificação é genérica, como, por exemplo, “imprensa local”, “meios de comu-

nicação colombianos”, “imprensa de Bogotá”. Entre as agências, *France-Presse* é mencionada cinco vezes; seguida da estadunidense *Associated Press*, três vezes; da inglesa *Reuters*, uma, e da cubana *Prensa Latina*, também uma vez. Importante salientar que, em *O Estado de S. Paulo*, a autoria é sinalizada na abertura do texto, antes do primeiro parágrafo e, às vezes, quando do encerramento. Neste estudo, todavia, contabilizamos a presença de agências de notícias no interior dos textos informativos, quando trazidas como fontes do relato jornalístico elaborado pelo jornal brasileiro.

b) Fontes institucionais e organizacionais governamentais:

Fontes oficiais correspondem às falas de pessoas com cargos públicos, sejam do Legislativo, Executivo ou Judiciário, sejam organizações como juntas comerciais, cartórios de ofício ou companhias públicas, ou, ainda, instituições intergovernamentais, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas fontes são comumente mencionadas no jornalismo por dar uma “versão oficial” dos fatos. Para Schmitz (2011, p. 9), “são as preferidas dos jornalistas, pois suas ações e estratégias têm impacto direto no interesse público, pela sua capacidade e poder de influência, acesso facilitado e sistemático às pautas da mídia”.

Gráfico 2: Fontes Governamentais em *O Estado de S. Paulo* (2012-2017), por grupo



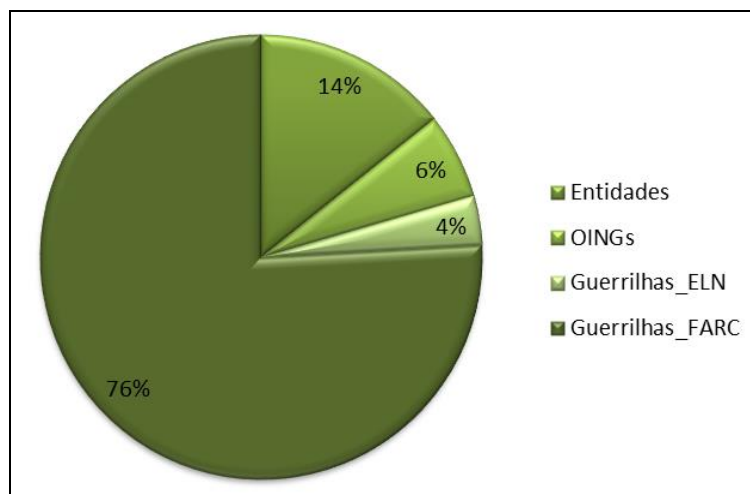
Em nossa análise encontramos 353 fontes governamentais de um total de 833, o que corresponde a 42% das fontes usadas. Destas, 287 fontes são do Executivo, 36 do

Legislativo, sete do Judiciário, cinco da polícia e 18 de organismos intergovernamentais. Somente o presidente da Colômbia é citado 110 vezes (entrevistas, pronunciamentos e declarações pela conta oficial do *Twitter*). Tal dado corrobora a afirmação de Borrat (1989, p. 59), de que o “protagonista indiscutido de la información política del periódico es el Gobierno como colectivo y el jefe del Gobierno como su representante institucional”. Outro dado interessante é que apenas 22 dessas fontes são mulheres, contra 272 masculinas. Há, ainda, 59 fontes designadas genericamente (como, por exemplo, “assessores”, “autoridades colombianas”, “exército colombiano”, “fontes do Ministério da Defesa da Colômbia”).

c) Fontes institucionais e organizações não governamentais:

As fontes não governamentais constituem-se de empresas, associações de consumidores, ambientais e de direitos cívicos. No caso desta pesquisa, buscamos identificar porta-vozes de organizações não governamentais (ONGs) e organizações internacionais não governamentais (OINGs), de entidades e de grupos guerrilheiros. “El periódico publica por tanto mucha información recibida de, o buscada en, las fuentes gubernamentales [...]. Pero al mismo tiempo necesita articular esa información con la que le proporcionan las fuentes no-gubernamentales” (BORRAT, 1989, p. 59).

Gráfico 3: Fontes Não Governamentais em O Estado de S. Paulo (2012-2017), por grupo



Identificamos 112 fontes desta categoria, sendo 16 entidades, sete OINGs e 89 guerrilheiros. Deste último grupo, 85 fontes são ligadas às Farc e outras quatro ao ELN. É curioso observar que mesmo as matérias versando sobre a negociação de paz entre governo e guerrilha, esse número é bem menor do que as fontes do governo, que são 335. Ainda, juntos, o presidente da Colômbia Juan Manuel Santos e os principais negociadores do governo no processo de paz, Humberto de la Calle, ex-vice-presidente, e Sérgio Jaramillo, aparecem 148 vezes como fonte. Do outro lado da mesa de negociações, as Farc, como dito anteriormente, aparecem apenas 85 vezes como fonte em cinco anos de cobertura do jornal brasileiro.

Quanto ao gênero, foram acionados 80 homens, seis mulheres e 26 fontes genéricas (“associações de militares vítimas do conflito” ou “ONGs de Defesa dos Direitos Humanos”, por exemplo).

d) Fontes individuais:

Essa categoria compreende as fontes que falam por si. Inicialmente, dividimos a categoria fontes individuais em três grupos: especializadas, testemunhais e ocasionais. Entretanto, durante a categorização percebemos a necessidade de incluir mais um grupo, as personalidades políticas, que designa os personagens que não ocupam cargos no governo, mas que tem participação na vida política do país, como ex-presidentes, ex-parlamentares, presidentes de partidos e lideranças políticas. As “personalidades políticas” poderiam ser alocadas entre as especializadas, as ocasionais ou, ainda, as testemunhais, todavia, optamos por reuni-las sobre uma mesma designação haja vista que, geralmente, expressam interesses – em sua maioria, são fontes de oposição não parlamentar – com vistas a lograr acesso à atualidade jornalística dos acontecimentos políticos.⁵

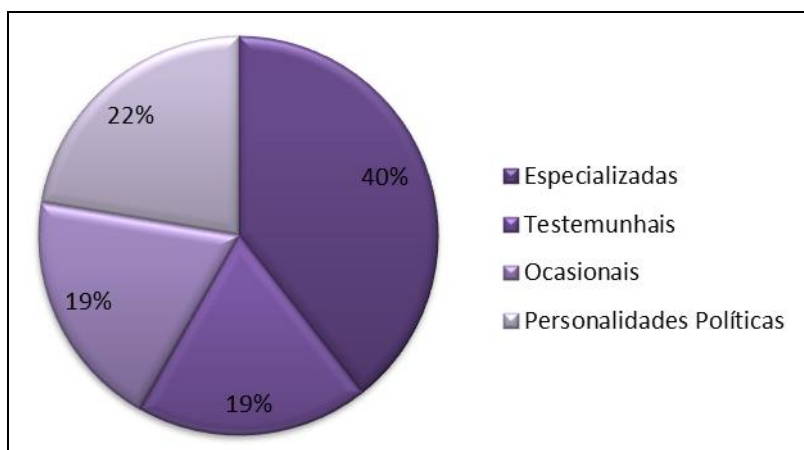
Para Schmitz (1997 p. 4), “ainda que os *experts* geralmente se manifestem por si, representam uma especialidade, um conhecimento reconhecido, por isso merecem uma tipificação à parte; assim como a ‘fonte testemunhal’, por não defender uma causa

⁵ Entre as personalidades políticas, por exemplo, encontra-se Álvaro Uribe, ex-presidente da Colômbia, que passa a integrar as fontes Institucionais e Organizacionais Governamentais quando do ingresso no senado, em junho de 2014. Uribe era contrário à negociação de paz nos termos propostos pelo presidente Juan Manuel Santos. Também sob esta designação alocamos a ex-senadora, ex-candidata à presidência e ex-refém das Farc, Ingrid Betancourt, acionada para falar do processo de paz, do qual era favorável.

própria”. Às fontes testemunhais “cabe, sobretudo comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema, ou seja, descrever” (AMARAL, 2015, p. 50). As fontes testemunhais são deste modo designadas porque “são consideradas aquelas que presenciaram o fato, que participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele” (2015, p. 50). Já as fontes ocasionais são aquelas que falam uma única vez com o jornalista porque, casualmente, observaram algum acontecimento e lhes é pedida opinião, como, por exemplo, alguém que acabou de votar em um pleito.

Identificamos 172 fontes individuais. Nessa categoria, a maior parte é especializada, 67, seguida de personalidades políticas, 38, ocasionais, 33, e, por fim, testemunhais, 32. Considerando a duração e o impacto do conflito, o período da análise (2012-2017) e o total de fontes identificadas, o número de fontes testemunhais trazidas pelo jornal brasileiro é reduzido. Quanto ao gênero, 114 são homens e 43 mulheres; as demais são genéricas.

Gráfico 4: Fontes Individuais em *O Estado de S. Paulo* (2012-2017), por grupo



As fontes individuais especializadas são acionadas, especialmente, em textos assinados por repórteres, 39 das 67; enquanto 15 em textos de agências; 12 em textos de autoria conjunta, i.e., repórter de *O Estado de S. Paulo* e agências; e uma apenas aparece em texto sem autoria, curiosamente uma fonte identificada pelo nome e função (24 mar. 2016). Assinam desde a Colômbia, como enviados especiais, os repórteres Juliana Vines (maio 2014), Rodrigo Cavalheiro (maio 2014), Denise Chrispin Marin (jun.

2014), Pablo Pereira e Clayton Souza (dez. 2014 e dez. 2015), Wilson Tosta (out. 2015) e Fernanda Simas (set. 2016), responsáveis acionarem, juntos, 27 especialistas. Ainda, quatro repórteres do jornal e dois repórteres de jornais estrangeiros, Jonathan Stock, do *Der Spiegel*, e Willian Neuman, do *The New York Times*, acionam testemunhos.

Já em relação aos personagens políticos há uma inversão: a maior parte aparece em textos informativos assinados por agências, 21 de 38; seguido dos textos de autoria de repórteres, 14; de autoria conjunta repórter e agências, duas, e sem autoria, uma fonte. Dos textos assinados por repórteres há quatro situações distintas: a) repórter de sucursal de *O Estado de S. Paulo* – Santiago Torrado (mar. 2017); b) correspondente – Jamil Chade (set. e out. 2016), de Genebra; c) enviados especiais que assinam reportagens desde a Colômbia – Rodrigo Cavalheiro (maio 2014), Denise Chrispin Marin (jun. 2014) e Fernanda Simas (set. 2016) que, juntos, trazem oito personalidades políticas como fonte, e d) repórteres de jornais estrangeiros – Willian Neuman, do *The New York Times*, e Jim Wyss, *Miami Herald*.

Ora se o conflito passa de meio século – o mais antigo e duradouro da América Latina –, se provocou o deslocamento interno de 7,2 milhões de colombianos⁶ e levou ao refúgio de outros 340 mil que, atualmente, vivem no exterior,⁷ o número de fontes testemunhais é reduzido. Essas fontes, em sua maioria, aparecem quando há uma repórter do *Estadão* na condição de enviado especial na Colômbia.

As fontes testemunhais e ocasionais começam a aparecer no jornal brasileiro somente a partir de maio de 2014, dois anos após o início das negociações de paz e às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais. Interessante registrar que a maior parte das fontes testemunhais, 24 das 32, aparece em textos assinados por enviados especiais, produzidos desde a Colômbia: Rodrigo Cavalheiro (maio e jun. 2014) traz dez fontes testemunhais, Pablo Pereira (dez. 2014 e dez. 2015), sete fontes; Fernanda Simas

⁶ Deslocados internos, os deslocados internos, IPDs em seu acrônimo inglês, são aquelas pessoas que “não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos), legalmente os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga”. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

⁷ Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/RefugiadosAmericas/Colombia/2016/Factsheet_Colombia_Diciembre__2016>. Acesso em: 2 jul. 2017.

(set. e out. 2016), cinco fontes, e Wilson Tosta (out. 2015), duas. Outros dois repórteres assinam textos produzidos no Brasil e trazem deslocados e refugiados como fontes: Adriana Carranca (set. 2014), duas fontes, e Roberto Godoy (jul. 2015), uma fonte. Duas fontes testemunhais aparecem em matérias compradas de jornais de referência estrangeiros: do *The Washington Post*, assinada por Nick Miroff (8 set. 2016), e do *Miami Herald*, Jim Wyss (5 fev. 2016). Ainda, outras duas fontes testemunhais estão em matérias assinadas por agências e uma em texto sem autoria.

As ocasionais são recorrentes quando de processos eleitorais, como, por exemplo, no 1º e 2º turnos das eleições presidenciais colombianas, em maio e junho de 2014, e no plebiscito sobre o acordo de paz, em outubro de 2016. Das 33 fontes ocasionais, 27 chegam por meio de textos assinados por enviados especiais de *O Estado de S. Paulo*. Fernanda Simas (jun. 2015 e out. 2016) traz 14 fontes individuais ocasionais; Denise Chrispin Marin (jun. 2014), dez; Rodrigo Cavalheiro (maio 2014), duas; Santiago Torrado (mar. 2017), uma. Quatro destas fontes foram acionadas em textos assinados por agências e outras duas em textos sem autoria.

Tais dados são relevantes haja vista que 82% das fontes ocasionais aparecem como resultado da presença de um jornalista brasileiro na Colômbia. Do mesmo modo ocorre com as testemunhais, 75% delas estão em textos produzidos desde o país vizinho. O percentual é menor com relação aos personagens políticos e aos especialistas, respectivamente, 21% e 40% das fontes destes tipos foram acionadas a partir da presença de um enviado especial de *O Estado de S. Paulo* na Colômbia.

e) Documentais:

Dentro dessa categoria havia quatro grupos: documentos do acordo de paz; documentos governamentais, como comunicados oficiais, notas, etc., emitidos pelo governo colombiano e também de outros países; documentos das guerrilhas e, por fim, outros documentos usados como fontes. Percebemos aqui novamente que a “versão oficial” é mais procurada pelo jornalismo, quando a grande maioria de documentos usados como fonte tem origem no governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualidade jornalística é resultado da ação e da interação de dois agentes sociais: o jornalista e a fonte. O primeiro domina um conjunto de procedimentos que permitem ao Jornalismo constituir lugares de proposição de sentidos. O segundo, as fontes, auxiliam no relato, sem, contudo, deixar de marcar posições e interesses, especialmente as “oficiais”. Há diferentes modalidades de fontes instituídas pelo saber jornalístico, que transferem ao jornalista ausente a autoridade de quem presenciou os acontecimentos. A partir disso podemos entender o cuidado do jornalista, e do jornalismo, na escolha das fontes para compor as matérias.

Na cobertura das negociações de paz na Colômbia empreendidas por *O Estado de S. Paulo*, identificamos a preferência por:

- a) meios-fonte sobre agências de notícia – quando o contrário geralmente acontece;
- b) fontes governamentais sobre as fontes não governamentais – o que é recorrente no jornalismo;
- c) especialistas sobre testemunhas – também recorrente;
- d) fontes do gênero masculino sobre as femininas, 467 contra 70 – outra recorrência no jornalismo.

Com relação ao item “a”, como explicado anteriormente, do total de 82 fontes jornalísticas acionadas no interior dos textos informativos, 71 são meios-fontes e dez são agências, além de um jornalista. Contudo, as agências dividem com os repórteres do jornal brasileiro a autoria dos textos jornalísticos analisados. Importante considerar que os despachos das agências por si só não permitem que as informações sejam singularizadas. Isso explica, em parte, o fato de na editoria de Internacional de *O Estado de S. Paulo* identificarmos autorias compartilhadas entre repórteres do jornal e agências.

O item “b” aponta novamente para um jornalismo que se movimenta a partir de fontes ligadas ao poder Executivo, especialmente. Os governos e seus representantes, pelo poder a eles atribuídos, têm acesso facilitado à mídia. Nesta pesquisa que visava a analisar as fontes acionadas por *O Estado de S. Paulo* durante as negociações de paz na Colômbia, a diferença no número de fontes ligadas ao governo colombiano e às Farc, implicadas diretamente nos termos do acordo de paz, reafirma o lugar do jornal como um ator político, nos termos de Borrat (1989). Em cinco anos, as falas de apenas 85 guerrilheiros foram contrapostas a de 335 membros do governo (do Executivo, Legisla-

tivo, Judiciário e da polícia colombianos). Ou seja, a cada quatro fontes ligadas ao governo, uma da guerrilha foi acionada. Importante ressaltar, entretanto, que a maioria das fontes institucionais e organizacionais era favorável ao acordo de paz.

Em “c” identificamos uma das questões centrais à pesquisa: a importância de enviados especiais e correspondentes na cobertura de temas e acontecimentos internacionais. A decisão de deslocar repórteres pelos espaços informativos não cobertos, ou pouco acessados, por sua rede informativa, resulta em um jornalismo mais próximo dos sujeitos diretamente afetados pelos acontecimentos do mundo vivido. Pela pesquisa, percebemos que a presença de enviados especiais na Colômbia assegurou o ingresso de fontes testemunhais, e também de ocasionais, nos textos propostos pelo jornal de referência brasileiro. Apesar deste esforço e da facilidade de contatar pesquisadores e analistas políticos colombianos desde o exterior, o número de especialistas corresponde ao dobro de testemunhos do conflito interno, logo, não reflete a extensão do mesmo.

Já com relação ao item “d”, pouco explorado neste artigo, se consideradas apenas as fontes das categorias fontes institucionais e organizacionais governamentais (353 fontes), institucionais e organizacionais não governamentais (112) e individuais (172) chegamos a 637 fontes e, destas, apenas 70 são femininas contra 467 masculinas, além de 100 designadas de modo genérico. Ou seja, 73% das fontes são homens.

Referências

AMARAL, M. F. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. de 2015. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/Marcia-Franz.pdf>>.

BORRAT, Héctor. **El periódico, actor político**. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

ESPINOSA DE LOS MONTEROS, G. G. Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero. **Foro Internacional**, n. 152-153, México: Hemeroteca Virtual Unam, 1998. p. 415-426. Disponível em: <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/2ABM9V9CHVIEUG92B8Q869C5KJ7X4I.pdf>.

FONSECA JÚNIOR, W. C. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

OLIVEIRA, C. **Credibilidade no discurso jornalístico**: tradição e autoridade nos editoriais da *Folha de S. Paulo* no marco de seus 90 anos. Dissertação, Mestrado em Jornalismo, UFSC. Florianópolis, 2012.

SANTOS, R. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf>.

SOLOSKY, J. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016, p. 133-145.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set.-dez. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716/0>>.

ZAMIN, A. Meios-fonte nas páginas de internacional de *O Estado de S. Paulo*. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 250-261, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/7049/6071>>.